

VOLUME I

CRISTINA CORDEIRO TEXTO
MANUEL AGUIAR FOTOGRAFIA



Breve Viagem pela Arquitetura Religiosa em Portugal



VOLUME I

Breve Viagem pela

Arquitetura Religiosa em Portugal

TEXTO **CRISTINA CORDEIRO**
FOTOGRAFIA **MANUEL AGUIAR**





Mosteiro do Salvador de Travanca, Amarante.



Índice

009	Prefácio
015	I. No princípio era o desenho
021	II. O Megalitismo
035	III. Do Bronze final à Idade do Ferro: um país de risco ao meio
045	IV. O legado romano
081	V. A arquitetura paleocristã
107	VI. A herança islâmica
129	VII. No rasto da influência asturiana
149	VIII. O universo românico
198	Bibliografia
204	Agradecimentos



No princípio era o desenho

Manifestações artísticas no Vale do Côa, que remontam há cerca de vinte e cinco mil anos.



As tribos nómadas do Paleolítico (600.000 a.C.-10.000 a.C.) que deambulavam pela Península Ibérica, povos de caçadores e recolectores que se alimentavam de caça e de plantas (raízes, bagas, caules, folhas e frutos), procuravam nos abrigos naturais uma proteção contra o frio e o calor, a chuva e o vento, os insetos, os animais estranhos e os outros povos com quem se cruzavam. Por vezes, e desde muito cedo, construíram estruturas de habitação com materiais perecíveis; mas, como qualquer ser vivo, abrigavam-se, quase por instinto, sob as copas das árvores, nas reentrâncias das rochas e em cavidades naturais, grutas de difícil acesso em cujas paredes deixaram inscritos os primeiros desenhos que conhecemos: cabeças de cavalo, auroques (espécie de bovinos selvagens) e cervos, figuras humanas e símbolos abstratos que nos transportam para um universo mágico-religioso difícil de decodificar. Assim aconteceu no Escoural (perto de Montemor-o-Novo, no Alentejo), onde uma explosão executada por trabalhadores de uma pedreira de mármore levou à descoberta acidental de uma gruta, na qual foram encontrados vestígios de arte rupestre paleolítica, com cerca de dez mil anos. Mais tarde, já durante o Neolítico, a gruta foi reutilizada como necrópole, perdendo-se depois a sua memória na poeira do tempo, até 1963, ano em que foi redescoberta.





Dólmen da Capela de Nossa Senhora do Monte, Penela da Beira.
Um longo corredor dá acesso à câmara funerária poligonal, adaptada
a capela-mor do espaço cristão durante a Idade Média. Terá sido edificado
entre os finais do IV e inícios do III milénio a.C.



O Megalitismo

Os monumentos megalíticos contam-se entre as primeiras estruturas construídas pelo homem. Emergem do fundo dos tempos, há cerca de seis mil anos, associados a rituais fúnebres, ao culto dos astros, aos ciclos da natureza. A monumentalidade destas construções, que se afirmaram na paisagem, e o mistério que as rodeia ajudam a explicar o fascínio que o megalitismo exerce sobre nós.

É o caso das antas ou dólmenes, monumentos tumulares constituídos por grandes blocos de pedra dispostos na vertical (os esteios) sobre os quais descansa uma laje, na horizontal, que lhe serve de cobertura (a laje de cabeceira). Privada e de acesso restrito, a anta é um monumento funerário, embora durante muitos anos fosse confundida com um altar pagão ou com um oráculo rural.



Anta-Capela de Nossa Senhora do Livramento, aldeia de São Brissos, Santiago do Escoural. A anta primitiva foi erguida entre os anos 4000 e 3000 a.C. Terá sido convertida em templo católico no século XVII, quando a câmara funerária deu lugar a uma abside da capela.



Castelo de Castro Marim. Escavações arqueológicas levadas a cabo no castelo expuseram tipologias (séculos VIII a VII a.C.?) que denotam já a influência mediterrânica. Entre os povos recém-chegados sobressaíam os fenícios, politeístas, que instalaram as suas feitorias ao longo da costa atlântica.



Do Bronze final à Idade do Ferro: um país de risco ao meio

O norte e o sul do ocidente peninsular conheceram ocupações diferenciadas neste mesmo período a que convencionou chamar-se Idade do Ferro, que atravessa o período compreendido entre os séculos VIII a V a.C.

«Este período – Idade do Ferro – é marcado quer pelos fluxos migratórios indo-europeus do primeiro milénio a.C., quer pela influência dos mundos tartéssico, fenício (cuja instalação em território português datam do século VII), grego e púnico, os quais imprimiram uma forte distinção entre a zona Norte e a zona Sul do território. No Norte são sobretudo as influências do centro da Europa que mais se evidenciam, bem expressas na chamada cultura castreja. No Sul, na primeira Idade do Ferro, foram as ligações com Tartesso e com os fenícios e, na segunda Idade do Ferro, os contactos com os gregos, os púnicos e os celtas, a partir do século V [a.C.], que contribuíram de modo mais ou menos acentuado, entre outras inovações, para a emergência de novos temas e novas grafias na arte das sociedades meridionais»¹.

O Sul

Não eram totalmente estranhos estes povos que agora aportavam ao litoral sul português, semitas, oriundos da região dos atuais Líbano, Síria, Palestina e norte de Israel. Surgem na sequência de um longo período de contactos anteriores, sobretudo com o Norte de África, que permitiu «a assimilação e consequente imitação e alteração de práticas de origem mediterrânica»². Entre os agora recém-chegados sobressaíam os fenícios, mercadores e navegadores experimentados, oriundos da distante cidade-estado de Tiro. Chegaram à Península atraídos pelas terras férteis, pelo

¹ Lopes, Maria da Conceição, *Expressões artísticas anteriores à formação de Portugal, Arte Portuguesa, da Pré-História ao Século XX*, (coord. Dália Rodrigues), volume I. Pedroso: Fubu Editores S. A., 2008, p. 45. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/46513/1/A%20arte%20Portuguesa%20da%20Pré%20Histórai%20ao%20séc.%20XX%20%20%20Vol.%201%20.pdf>.

² Fabião, Carlos, «O Bronze Final», *História de Portugal*, (dir. José Mattoso), vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 119.



Villa romana de Milreu. O motivo dos peixes está presente em várias das construções.

Villa romana de São Cucufate, em Vila de Frades, Vidigueira. Erguida no século I d.C., foi engrandecida ao longo dos três séculos seguintes. Apesar das descontinuidades, a ocupação deste centro de exploração agrícola prolongou-se até finais do século XVIII.

é possível visitar as ruínas de um espaço de culto construído em tijolo maciço (cujo interior foi em tempos revestido com placas de mármore policromado), preservado, neste caso, até ao arranque das abóbodas. Três degraus conduziam ao patamar do *podium*, embasamento revestido de mosaicos, um friso polícromo de elevada qualidade de execução, com desenhos de peixes – motivo que aliás se repete por toda a *villa*. Sobre ele erguia-se a galeria porticada (rodeada por colunas coríntias), uma *cella* quadrada coberta por abóboda de arestas e rematada por uma abside semicircular com meia-cúpula, decorada também com mosaicos. Ao centro, um tanque hexagonal com uma espécie de repuxo.

Erigido no século IV d.C., este luxuoso edifício religioso, «um santuário das águas» segundo Hauschild, era dedicado ao culto das ninfas, divindades aquáticas. Terá sido cristianizado e transformado em mausoléu no século V, servindo mais tarde o culto islâmico.

«A fauna marinha aqui representada, em tamanho natural, é a da costa algarvia, desde o cherne, ao golfinho, à lula. Não há sardinha nem cavala porque não eram peixes nobres. No Algarve, a maior fonte de riqueza era a exploração dos recursos piscícolas e quem tinha dinheiro para ter barcos, para ter as artes de pesca eram os proprietários destas *villae*», acrescenta João Pedro Bernardes, fazendo uma ligação entre os motivos decorativos do local e a atividade económica dos proprietários desta *villa*. Data também da fase cristã a construção de um batistério, hoje soterrado, tal como o conjunto de sepulturas cristãs que ladeiam o edifício. Em frente ao santuário, é curioso o pequeno tanque de água que com ele partilha a mesma gramática arquitetónica e decorativa. Trata-se de uma fonte, cuja abside, de pequenas dimensões, faz o contraponto com a abside maior do edifício religioso.

Mas não nos adiantemos. Voltemos, para já, à Lusitânia romana.



¹⁶ Schattner, Thomas G., Fabião, Carlos e Guerra, Amílcar, «A investigação em torno do santuário de São Miguel da Mota: o ponto de situação», <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10043/1/CadernosEndovelico.pdf>
¹⁷ Pereira, Gabriel, «Antiguidades Romanas em Évora e seus Arredores», in *Estudos Eborenses*, Évora, 1891.

dendo a desmontagem sistemática de todo o edifício da antiga ermida, tornavam improváveis novas descobertas»¹⁶, concluíam os investigadores no terreno.

Tudo iria mudar com a descoberta de uma cariátide, figura feminina esculpida que serve de suporte a uma arquitrave ou uma cornija, como se de uma coluna se tratasse. Reorientaram-se então as escavações para encosta voltada a nascente, local nunca escavado, onde foi possível identificar, sem margem para dúvidas, a localização exata do um santuário romano, perto do qual terá sido erguida mais tarde, já durante o período cristão, uma capela, dedicada a São Miguel, cuja planta foi desenhada por Gabriel Pereira, a partir das ruínas ainda visíveis no século XIX. Acreditava então o investigador que o templo se encontraria por baixo. Foram precisos dois séculos para perceber o engano.

Estima-se que mais de uma centena de outras divindades pré-hispânicas terão sido cultuadas na Península Ibérica. Destaquemos aqui algumas: Banda (documentada em Orjais, Covilhã), Nabia (referida em aras epigrafadas encontradas, por exemplo, em Pedrógão Pequeno e Sertã) e Trebaruna (venerado na zona da atual Beira Baixa e em Cascais), três grandes deuses tutelares; Igaedus (venerado pelos *igaeditani* de Idanha-a-Velha); Ataegina (identificada na região de Beja); e Carneus, antiga divindade lusitana em honra da qual, já no período romano, terá sido construído um templo em Santana do Campo (Arraiolos, no Alentejo), cuja estrutura granítica, descrita desde 1891 por Gabriel Pereira¹⁷, é ainda hoje bem visível na cabeceira da igreja matriz construída em Quatrocentos. Pouco se sabe sobre a história deste templo, talvez erigido «num cruzamento importante de vias», aventa João Pedro Bernardes. A sua planta hipotética foi desenhada pelo arqueólogo Virgílio Correia no primeiro quartel do século XX.



Igreja de Santana do Campo, Arraiolos. Na cabeceira da igreja erguida no século XV é ainda visível a estrutura granítica do templo romano que a precedeu.





Pormenores do interior da basílica paleocristã erigida no ocaso do império romano, em Troia. Iria permanecer enterrada na areia até ao século XX e o edifício só seria revelado em toda a sua extensão a partir de 2009.



Respeitando uma ordem cronológica, deambulemos agora por alguns dos exemplares mais expressivos que pontuam o país de norte a sul, do interior ao litoral.

Estamos no ocaso do Império Romano. Em bom rigor, a Península Ibérica não estava já sob o domínio de Roma nesses anos finais de 300, mas o estilo de vida dos seus habitantes não se transformara ainda. Data desse período a Basílica de Troia (Grândola), uma das igrejas cristãs mais antigas em solo português. Implantada junto às oficinas do maior complexo de salga conhecido no mundo romano (século I a III) e às termas que lhe são anexas, a igreja terá sido construída em finais do século IV, junto a um *domus* (séculos II - III) e sobre estruturas preexistentes de diferentes naturezas: o já mencionado cemitério com sepulturas de mesa (*mensae*), sobre as quais se realizavam os banquetes fúnebres; a memória de um antigo mitreu, ainda por escavar;





Trazido de novo à luz do dia mil e duzentos anos mais tarde, a importância do achado arqueológico levou à criação de um percurso museológico pelas ruínas do complexo religioso, onde se encontra hoje também o túmulo de São Martinho, magnífica peça de arte funerária de produção mais tardia.

A alguns quilómetros de Dume, ergue-se São Frutuoso de Montélios «edifício de origem visigótica, datado do século VII, data agora arqueologicamente comprovada», afirma o arqueólogo Luís Fontes, investigador da Universidade do Minho, colocando, diz, um ponto final na polémica entre visigotistas e moçarabistas que tem feito correr muita tinta. Não estamos perante uma capela, como durante tantos anos se pensou (e que levou a que assim fosse identificada enquanto monumento nacional). Estamos, sim, perante um mausoléu mandado construir por São Frutuoso, bispo de Dume – e, tal como São Martinho antes dele, bispo de Braga – para abrigar a sua sepultura. Situava-se este pequeno panteão granítico adossado ao Mosteiro de São Salvador, erigido também por sua vontade para aí instalar uma pequena comunidade religiosa. Construído no topo de um penedo, a não mais de 150 metros da via romana que fazia a ligação entre Braga e Lugo, o mausoléu dominava a paisagem a perder de vista. Do ponto de vista arquitetónico, São Frutuoso é a cruz, porque é esse simbolismo que é determinante. E o túmulo de São Frutuoso está ao centro da cruz.

Contemporâneo do mausoléu de São Frutuoso, o Convento de São Salvador – que, tal como o Mosteiro de Dume, é um dos mais antigos mosteiros cristãos documentados no Minho – terá sido demolido por volta de Quinhentos. Sobre as suas ruínas, seria edificado mais tarde o Convento de São Francisco, o que acontece já durante o século XVIII.

Capela de São Frutuoso de Montélios, Braga. Remonta ao século VII este mausoléu cruciforme mandado construir por São Frutuoso, bispo de Dume, que aí se fez sepultar. O edifício encontra-se adossado ao Convento de São Francisco, erguido na centúria de Setecentos.



Sobre o cruzeiro central deste mausoléu paleocristão encontra-se a torre-lanterna que se eleva acima dos telhados. No seu interior houve em tempos vinte e duas colunas.





A atual Igreja de Santa Maria, em Idanha-a-Velha, (re)construída no século XVI, reaproveitando estruturas mais antigas, é para alguns uma basílica paleocristã, de que restaram as duas piscinas batismais. Os templários que aqui chegaram no século XII chamaram-lhe mesquita.



A poucos quilómetros daqui, foi identificada uma outra basílica sueva (séculos V e VI) de três naves, parte integrante do complexo palatino da Falperra. Contudo, só o palácio está à vista, à espera da valorização cultural que há muito tarda, enquanto a igreja permanece soterrada sob o caminho que conduz ao monte de Santa Marta das Cortiças. Referenciado por Martins Sarmento no último quartel de Oitocentos, o sítio foi alvo de escavações realizadas por Albano Belino em 1899. No século seguinte, e após as novas campanhas arqueológicas que tiveram lugar nas décadas de 1950-70, o complexo da Falperra, que inclui ainda um castro – recinto muralhado com casas circulares – e uma igreja medieval, caiu no esquecimento, apesar do seu caráter único. É uma estrutura comparável a Recópolis, cidade visigótica do reino de Toledo, entretanto desaparecida. Recópolis, recorde-se, foi fundada pelo rei Leovigildo no século VII perto de Zorita de los Canes (Guadalajara, Espanha). É considerada até hoje o exemplo mais antigo de palácio-basílica da Alta Idade Média de todo o Ocidente europeu, apesar de o site do Património Cultural reconhecer que «o espólio associado [à Falperra] aponta para uma cronologia dos séculos V-VI d.C. e o edifício de tipo basilical tem sido considerado como mosteiro do período suevo-visigótico»³⁹.

³⁹ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_Pages/User/SIPA.aspx?id=1062





Interior da Igreja de Idanha-a-Velha, que suscita até hoje diferentes leituras.



A herança islâmica

Essa proximidade com o Norte de África terá levado a que, no ano de 710, uma fação de visigodos leais ao falecido rei Vitiza, dirigisse a Tariq, chefe berbere, um pedido de ajuda para depor o novo rei, Rodrigo, chefe de uma fação rival. Foi assim que em 711 Tariq e os seus homens cruzaram o Estreito de Gibraltar e defrontaram as tropas do rei visigodo na Batalha de Guadalete. A Tariq juntaram-se os homens leais a Vitiza para derrotar Rodrigo. Eram visigodos que, ao lado do invasor, lutavam contra visigodos. Após a consagração da vitória, os muçulmanos iniciaram a ocupação progressiva da Península. «A rapidez das operações deixou os Hispano-Romanos e os Visigodos desorientados e quase paralisados durante alguns decénios»⁴². Os ventos da história mudavam novamente de direção.

Entre conquistas militares expressivas e ocupações pacíficas de cidades e vilas, os muçulmanos controlaram em pouco tempo quase todo o espaço ibérico, «fruto tanto da eficiência do comando militar muçulmano, como da ausência de uma oposição devidamente estruturada», sublinha Santiago Macias.⁴³

Apenas uma estreita faixa na região das Astúrias se manteve sob domínio cristão, funcionando como refúgio de algumas populações e das elites visigodas em fuga. Pequenos núcleos de resistência que aí iriam mais tarde organizar-se e fundar o primeiro reino cristão da Reconquista. «O domínio muçulmano da Lusitânia durou cerca de um século e meio entre os rios Minho e o Mondego; entre o Mondego e o Tejo, a ocupação manteve-se ao longo de 436 anos, quase o triplo da duração; na maior parte do Alentejo perdurou ainda mais 81 anos, perfazendo 517 anos; e no Algarve, a ocupação durou mais 11 anos. O total, no território português atual, foi, portanto, de 528 anos»⁴⁴. Mais de meio milénio.

⁴² Lavajo, Joaquim Chorão, «Islão e Cristianismo: entre a Tolerância e a Guerra Santa», *História Religiosa de Portugal* (coord. Carlos Azevedo), Volume I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 92.

⁴³ Macias, Santiago, «Resenha dos factos históricos, o GharbAl-Andaluz», *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992, p. 419.

⁴⁴ Amaral, Diogo Freitas do, *Da Lusitânia a Portugal – dois mil anos de História*. Lisboa: Bertrand Editora, 2017, p. 61.



A sul da linha do Douro

Na região de Lafões, em Viseu, os séculos IX e X são, sabe-se hoje, indissociáveis de uma personagem que se vai revestir de grande importância nesta história. Trata-se de Bermudo Ordoñez, filho de Ordoño I e um dos irmãos de Afonso III (o Magno), o último rei asturiano. Na sua luta pelo poder, Afonso III esteve permanentemente em guerra com os irmãos, que contra ele se revoltaram. Bermudo Ordoñez foi um deles. Afonso III conseguiu, é certo, controlar a revolta, e logo o mandou cegar, segundo um antigo costume bizantino, então muito comum. Eram fortes as ligações entre as Astúrias e Bizâncio, tal como a liturgia da época bem reflete.

Conta-nos uma crónica asturiana – a *Crónica de Sampiro* – que, apesar de cego, Bermudo conseguiu fugir com a sua corte e foi instalar-se em «terra de mouros». Assinala-se a sua presença em Astorga, antes de desaparecer de vez da documentação asturiana. Mas há alguns anos, o historiador Manuel Luís Real, que estudou as fontes documentais do lado português, encontrou no *Livro Preto da Sé de Coimbra* duas referências a Bermudo Ordoñez relacionadas com o Mosteiro de Lorvão e, através delas, apercebeu-se da presença dele na zona de Lafões, Viseu, região onde, na Baixa Idade Média, se encontravam ainda em atividade as antigas termas romanas. Bermudo Ordoñez não estava sozinho. Encontrava-se rodeado pela sua corte, famílias abastadas que colonizaram toda esta zona em redor de Viseu.

Paulo Almeida Fernandes, que nos conduz por esta narrativa tão fantástica como intrincada, acredita que Lourosa seja uma das materializações desta colonização. «A documentação dos séculos IX e X, relativa à área em estudo, está repleta de nomes de personagens desconhecidas, que certamente acompanharam os condes e as grandes famílias nobres liderantes em termos regionais. Famílias que detiveram um poder assinalável, sobretudo em zonas rurais, e que terão multiplicado o exemplo da ação condal na estruturação do território, na transformação da paisagem e na promoção dos valores civilizacionais asturianos e leoneses. (...) A presença de Bermudo Ordóñez na zona de Viseu,

Igreja de São Pedro de Lourosa.
O edifício, localizado no centro histórico de Lourosa, num local marcado por sucessivas ocupações, traduz bem a articulação interna dos espaços.



acompanhado por uma verdadeira corte regional de que faziam parte, pelo menos, os irmãos Diogo e Ero Fernandes, bem como as suas famílias, complexifica a linearidade de integração deste território na esfera asturiana»⁶⁶.

Acredita Manuel Luís Real que a presença dessa nobreza galaico-asturiana não aconteceu por acaso, mas sim na sequência de negociações prévias com as elites locais. Na região foram encontrados «indícios (escritos e arqueológicos) para a presença de populações locais cristãs, às quais se vieram juntar membros da nobreza galaico-asturiana, por eventual acordo estabelecido entre os séculos IX e X. Após quase uma centúria de domínio político cristão, a região de Lafões [distrito de Viseu] ficou temporariamente na posse muçulmana, para ser finalmente resgatada quando se deu a reconquista de Viseu (1058) e de Coimbra (1064)»⁶⁷.

Não espanta, pois, que a Igreja de São Pedro, atual Igreja Matriz de Lourosa (Oliveira do Hospital) denuncie essa presença quer asturiano-leonesa, quer islâmica, quer moçárabe, anterior ao ano 1000. Alvo de sucessivas campanhas de obras, algumas das quais muito polémicas, a sua história perde-se na noite dos tempos e tem feito correr muita tinta.

⁶⁶ Fernandes, Paulo Almeida, «Velhos e novos materiais da expansão asturiana e leonesa no Ocidente peninsular entre os rios Douro e Mondego. (Muitas) hipóteses e (poucas) conclusões», p. 19.

⁶⁷ Real, Manuel Luís e Tente, Catarina, «A alta Idade Média na fronteira de Lafões: notas preliminares sobre a arqueologia no concelho de Vouzela», *Arqueologia em Portugal – 2020, Estado da Questão*, pp. 1627-1640.





O universo românico

A arquitetura românica é um fenómeno medieval europeu estreitamente ligado à ideia de cristandade e de Ocidente. Um estilo monástico surgido no momento em que a Igreja se assume como o grande centro de poder espiritual e político, ensaiando já o movimento das cruzadas do Oriente – outras se seguirão –, que visa a libertação dos lugares sagrados de Jerusalém, entre eles o Santo Sepulcro, das mãos dos «infiéis». Estes são, na voz dos cristãos, os seguidores de Maomé, profeta que fundou o islamismo no século VII, religião monoteísta, que rapidamente se disseminou pelo mundo árabe, chegando à Península Ibérica em 711 e à região central de França no ano 723.



O castelo de Tomar foi mandado erguer pelo mestre templário Gualdim Pais, num terreno cedido por D. Afonso Henriques. No interior da fortaleza foi levantada a charola, o oratório dos cavaleiros da Ordem do Templo.

Esta rápida progressão e a ameaça que representava para a Igreja de Roma, para o Império Bizantino e para os poderes instituídos do Ocidente em geral estão na base do empenho cristão na (re)conquista do território ocupado pelo Islão. É assim que entre 1096 e 1099, vastos contingentes monástico-religiosos vão avançar sobre Constantinopla (sede do Império Bizantino cristão, atual Istambul) e tomar Niceia (Iznik, na Turquia) e Antioquia (Antáquia, também na Turquia) antes de entrar em Jerusalém (hoje em Israel). Organizados em ordens militares religiosas, estes monges-guerreiros – ficariam conhecidos como cruzados, porque tinham cosido na roupa o emblema da fé



Este castelo de planta poligonal irregular, dotado de uma torre de menagem isolada, apoiada em contrafortes, foi erguido segundo princípios arquitetónicos trazidos pelos templários regressados da Terra Santa. Vista de fora, a charola é uma construção vertical robusta, uma torre de defesa, levantada dentro do perímetro amuralhado.



cristã, a cruz – garantiam também a proteção dos peregrinos que, vindos das mais diversas geografias, rumavam ao Oriente, à Terra Santa. Entre estes monges encontravam-se os Templários, milícia fundada em 1118 nas ruínas do antigo Templo de Salomão, em Jerusalém, por Hugo de Payens (primo de Bernardo de Claraval, monge beneditino, fundador da Ordem de Cister e redator da regra da Ordem do Templo) e oito outros cavaleiros oriundos de França e da Borgonha.

No âmbito desta guerra contra os «infiéis», os Templários garantiam não só a segurança pessoal dos peregrinos como a guarda do dinheiro e de outros valores destes homens, muitos dos quais não regressavam vivos para cobrar as suas notas de crédito. O capital que rapidamente acumularam permitiu-lhes ir mais longe, passando a conceder empréstimos a aristocratas e casas reais, muitos dos quais viram a sua dívida aumentar ao ponto de não poderem pagá-la. Foi o caso do rei de França, Filipe IV, *o Belo*.

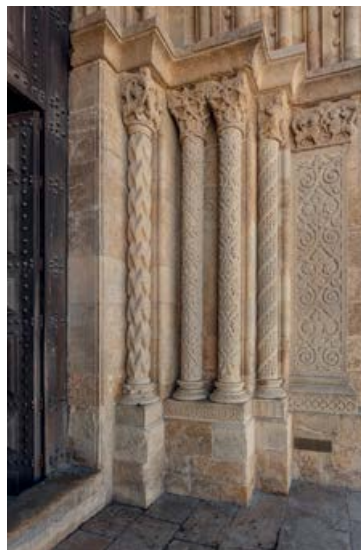


A partir daí, a história destes monges-guerreiros, oriundos de famílias aristocráticas e treinados na arte da guerra, sofreu um súbito volte-face, tornando-se indissociável da história de Portugal. Lá iremos a seu tempo.

A presença templária está documentada em Portugal desde o reinado de Dona Teresa de Leão, filha natural do monarca castelhano Afonso VI, mais tarde mulher do conde D. Henrique e mãe do primeiro rei português. Porém, é com Gualdim Pais, cavaleiro de D. Afonso Henriques e grão-mestre do núcleo português da Ordem do Templo, que tem início a construção do Castelo de Tomar. Em troca dos serviços prestados durante a Reconquista cristã, nomeadamente na tomada de Santarém, os Templários receberam das mãos do primeiro rei português o termo do Castelo de Ceras, extenso território situado entre Coimbra e Santarém, ficando incumbidos da defesa da linha do Tejo.

Na Terra Santa, onde combateu durante cinco anos nos tempos da Segunda Cruzada (1147-1149), Gualdim Pais tomara





Em Coimbra, tanto a Sé Velha, como o Mosteiro de Santa Cruz foram edificados em pedra calcária, matéria-prima abundante no centro e no sul do país.



transmontano, onde se ergue ainda hoje a cabeceira circular de uma igreja românica começada a construir no século XII, mas só muito mais tarde concluída. Esta cabeceira, parte integrante do antigo mosteiro beneditino de Castro de Avelãs, há muito desaparecido, foi levantada em alvenaria de tijolo por artífices oriundos de Leão-Castela. A sua arquitetura só encontra paralelo do lado de lá da fronteira. Assim o provam as arcadas, as janelas cegas e os frisos salientes desta cabeceira circular tripartida erigida em tijolo, que nos remetem de imediato para exemplos como as igrejas de San Tirso ou de San Lorenzo (ambas em Sahagún); ou ainda para San Lorenzo el Real, em Toro (Zamora). O estilo, fortemente influenciado pela proximidade geográfica com Espanha, ficaria conhecido por românico mudéjar. Castro de Avelãs remete-nos de novo para a questão da mobilidade





A importância de Cluny

Com a Reconquista, os templos salpicaram o território, implantando-se inicialmente nas áreas rurais do Noroeste, nas aldeias mais remotas do mundo rural. Por vezes são apenas ermidas, capelas pequeninas, muito humildes, dedicadas a um santo ao qual se pediam milagres em momentos de aflição e desespero. Rezava-se pelo regresso de um marido ou de um filho perdido no mar; para que o temporal não destruísse a colheita que garantia pão na mesa da família; pelo fim da peste, da guerra e da fome.



Com o tempo, multiplicam-se as pequenas igrejas rurais, construções modestas, de uma só nave, associadas a mosteiros de pequena escala, difundidas sobretudo por beneditinos e cónegos regnantes que se estabeleceram na região Entre Douro e Minho, espalhando-se depois para outras áreas. Um dos exemplos mais expressivos é o do Mosteiro de São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), cuja igreja românica terá sido construída entre finais do século XI e princípios de XII, sobre uma igreja anterior referenciada no testamento de Mumadona Dias (959).



Mosteiro de São Pedro de Ferreira, Paços de Ferreira. A igreja, o mosteiro e o cemitério foram edificados a partir de finais do século XI.



agora pela liturgia romana, implementada pelo Papa Gregório (no âmbito do Concílio de Burgos) e pela Ordem de Cluny, comunidade reunida em torno do mosteiro de Cluny, fundado na região da Borgonha (França) no ano 910. A nova ordem reconhecia apenas uma autoridade, quer espiritual quer temporal – a do Papa –, beneficiando daí em diante da sua proteção.

Defendiam os cluniacenses uma igreja dedicada à oração e ao trabalho – *ora et labora* – conceito-chave do código instituído por Bento de Núrsia (c. 480 – c. 547), no mosteiro que fundara em Monte Cassino (Roma, Itália). Bento de Núrsia, mais tarde São Bento, redigira um conjunto de normas que regularam, daí em diante, a vida comunitária dos monges. O documento afirmava valores como a humildade, a pobreza, o respeito, o rigor, a responsabilidade, a obediência e o amor ao próximo.



Em torno do Mosteiro de São Pedro de Ferreira, belo exemplar do românico rural, se reorganizou o território.





Sé do Porto.
O edifício foi levantado
ao longo dos séculos XII e XIII,
primeiro ao estilo românico,
e depois ao gótico.

O batistério da catedral conimbricense é originário da igreja românica de São João de Almedina, construção de estilo beneditino datada dos séculos XII e XIII. Mais tarde demolida, foi posteriormente restaurada e incorporada, no projeto de recuperação e ampliação do Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra).

No que à arquitetura religiosa diz respeito, a Sé de Lisboa (ou Igreja de Santa Maria Maior) é o único testemunho do período românico que sobreviveu até aos nossos dias na capital portuguesa. À semelhança do que aconteceu em tantos outros templos espalhados pelo país, o edifício que serviu de panteão a Afonso IV foi objeto de uma polémica campanha de restauro que, visando recuperar o espírito que presidiu à sua construção, silenciou para sempre outras importantes marcas de identidade acumuladas ao longo da sua história. Voltemos a página.



No centro histórico do Porto (hoje nas proximidades da Ponte D. Luís), encontra-se a sé da cidade nortenha, espécie de fortaleza granítica encimada por merlões, construída em duas fases: uma primeira por mestres desconhecidos, outra mais tardia, por mestres de Coimbra.

Foi erigida sobre as ruínas de um templo anterior, arrasado, tudo o indica, no século VIII, aquando da invasão muçulmana. A Sé do Porto foi levantada ao longo dos séculos XII e XIII ao estilo românico e gótico. Apresenta planta em cruz latina, cabeceira tripartida com deambulatório e capelas radiantes, conjunto de influência francesa de que sobram apenas os absidiolos de planta poligonal, cujo interior foi redecorado na época barroca. O cruzeiro do transepto data já do século XVI. Tal como tantos outros edifícios, sofreria alterações sucessivas ao longo dos séculos seguintes. Embora o portal românico original tenha sido substituído por outro de sabor setecentista, a fachada é flanqueada pelos dois torreões primitivos, rasgados por frestas





Sé de Lamego. Apenas a torre sineira e as frestas do primeiro andar remontam à época românica. A primitiva catedral de três naves atravessadas por transepto foi profundamente alterada nos séculos XV e XVI.



e reforçados por duplos contrafortes. Mais tardia é a rosácea gótica que remonta ao século XIV.

O corpo da igreja abriga uma nave central de grandes dimensões, apoiada em sólidos e sóbrios pilares cruciformes fasciculados – feixe de colunas em torno de um núcleo robusto principal, formando um todo –, que se elevam acima das naves laterais; um transepto saliente quase à mesma altura, apoiado em contrafortes; e uma abóboda de berço, em pedra sustentada por arco-botantes góticos, construções exteriores em forma de meio-arco, que permitem repartir o peso da cobertura por diferentes pontos, libertando as paredes laterais. Do núcleo românico resta ainda o Claustro Velho, outrora parte integrante do chamado Cemitério do Bispo.

Alvo de uma intensa campanha de obras no século XVIII, a Sé do Porto foi profundamente remodelada por Nicolau Nasoni, arquiteto italiano setecentista que marcou de forma indelével a arquitetura do Norte. Desse momento destaca-se a magnífica *loggia* voltada sobre a cidade a seus pés.

Ainda no reinado do primeiro monarca português, viria a implantar-se no Rossio de Lamego a nova Sé, começada a levantar no ano de 1159. Seria um templo românico em cruz latina com três naves, outrora de menor profundidade, atravessadas por transepto. Dessa época nada resta.

De fábrica românica, mas mais tardias, serão a torre sineira e as frestas do primeiro andar, cuja construção remonta ao século XIII.



Sé de Évora. Construída a partir do século XIV, já fora do arco temporal do românico, são visíveis as semelhanças entre a planta desta catedral e a da Sé de Lisboa.

Profundamente transformadas ao longo dos séculos XV e XVI, foram alvo de nova campanha de obras no decurso do século XVIII, na qual se destaca o nome de Nicolau Nasoni. Mas a Nasoni voltaremos a seu tempo, que é hora de seguir em frente.

Referência ainda à mais meridional das sés românicas, a Sé de Évora, cuja construção iniciada em 1186 se prolongou até meados do século XIV, fora já do arco temporal do estilo, pesem embora as semelhanças com a planta da Sé de Lisboa. É, sem surpresas, um edifício de transição entre dois estilos: o românico e o gótico.





A arquitetura do silêncio

Tal como a história das três grandes religiões monoteístas, a história das ordens religiosas é marcada por sucessivos desvios e outras tantas revisões. É assim que ao declínio de Cluny corresponde o florescimento de um novo movimento beneditino, nascido pela mão de Robert, abade de Molesmes (1028-1111), monge de Cluny e fundador do Mosteiro de Cister (Borgonha), movimento esse que recebeu um impulso decisivo por parte do abade beneditino Bernardo de Claraval (1090-1153), mais tarde venerado como São Bernardo. Procuravam os monges um ideal de vida simples, dividida entre o trabalho e a oração; a descoberta do silêncio interior; e uma ligação profunda com a natureza. Os hábitos brancos que então adotaram – ao contrário dos negros de Cluny – simbolizavam, para além da rutura, essa procura da pureza inicial. Cister ganhou raízes fundas no território



Mosteiro de São João de Tarouca, Lamego. Complexo monástico iniciado em 1154, foi a primeira casa-mãe da Ordem de Cister em Portugal. Apresenta uma arquitetura austera, marcada pela simplicidade e pelo caráter utilitário. O despojamento ornamental remete para a contemplação.

rural português, fomentando o desenvolvimento de uma economia eminentemente agrária.

São João de Tarouca (Vale do Varosa, Lamego) foi a primeira casa-mãe de Cister, embora a construção do Convento de São Cristóvão de Lafões (São Pedro do Sul) tenha sido iniciada alguns anos antes. A sua história remonta a 1140, quando D. Afonso Henriques atribuiu uma carta de couto à comunidade beneditina que ali teria construído um eremitério em finais do século XI, comunidade essa que, como tantas outras espalhadas pelos territórios (re)conquistados, viria a filiar-se na Ordem de Cister. Com o tempo, o couto foi engrandecido por sucessivas doações por parte de senhores locais e também do monarca. Às três granjas iniciais acrescentaram-se muitas outras, estendendo-se o couto monástico por um vasto território, por vezes disperso, que era preciso cultivar e gerir. Não se tratava apenas de autossuficiência, mas de um projeto de desenvolvimento agrícola em larga escala. A planta original do complexo monástico, iniciado em 1154,





Santa Maria do Bouro, Amares.
Uma das abadias mais importantes
de Entre-Douro-e-Minho, em finais do
século XX, foi adaptada a pousada
segundo projeto do arquiteto Eduardo
Souto de Moura.



Esta proximidade não deixa de nos espantar, dada a escala dos complexos religiosos em questão, filiados na mesma obediência e construídos com tão poucos anos de intervalo. Um investimento de vulto que não só espelha a importância atribuída ao povoamento da região do Varosa, como indicia uma nova estratégia de implantação monástica no território. Ao contrário dos primeiros beneditinos a fixar-se em território português que, por razões de segurança, privilegiaram os pontos altos e inacessíveis para a construção dos seus eremitérios, os monges de Cister implantaram os seus conventos e igrejas em pleno espaço rural, no meio de vales férteis e verdejantes, no cruzamento de linhas de água. Emblemático é o caso de São Pedro das Águias (Granjinha, Tabuaço), pequena igreja encaixada numa plataforma rochosa, à beira de um precipício debruçado sobre o Távora. Basta recuar mil anos para perceber a dimensão do desafio assumido pela pequena comunidade cenobita que aqui se radicou durante os séculos X e XI. Isolados naquela paisagem bela e hostil,

procuravam os monges uma comunhão com Deus. Cedo adoraram a Regra de São Bento, levando uma vida de silêncio, de oração e de humildade. Eram tempos de incerteza, de medo. Por isso voltaram o portal principal da igreja para o penedo abrupto que a poente se erguia, até ao céu; e apontaram a cabeceira a nascente, na direção do abismo. Lá em baixo corria o rio, no qual foi construído um pequeno porto. A presença de um curso de água contribuiu, decerto, para a escolha do local, uma vez que abastecia o mosteiro e permitia a movimentação de bens e, talvez, de pessoas. Data do século XII a reconstrução da igreja, agora na órbita da ordem de Cister. Estaria ligada a um mosteiro, entretanto desaparecido. É um templo orientado e de planta simples, composto por dois volumes retangulares articulados: a cabeceira e o corpo. Nele, a decoração das fachadas poente e norte contrasta com a simplicidade da construção granítica, de nave única e cabeceira retangular, escassamente iluminada por frestas, em cujo interior se destaca um arco triunfal em forma de ferradura. O portal principal desenvolve-se em arco de volta perfeita com três arquivoltas profusamente decoradas, assentes em dois colunelos de fuste liso. Dois leões esculpidos em pedra – tal como em São Pedro de Rates – parecem guardar a entrada. Já o portal axial de duas arquivoltas ostenta motivos animalistas e geométricos. No tímpano, um *Agnus Dei*. A decoração surpreende pela delicadeza.

Porém, corria ainda o século XII quando a comunidade cisterciense se transferiu para uma quinta, num lugar mais aprazível, agora no Vale do Távora, a dois quilómetros dali, onde introduziu o cultivo da vinha. Votada ao abandono, só em meados do século XX a pequena igreja granítica, «lugar de paz e inquietação» nas palavras de Torga, foi alvo de um restauro geral, recuperando a dignidade perdida.

